

Relatório de Gestão 2022



02 Estrutura Organizacional



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Contexto

2.1 Estrutura do 1º Grau (CGJ)

A estrutura do Poder Judiciário catarinense quanto à Divisão Judiciária de Primeiro Grau está condensada no quadro seguinte.

UNIDADE	QUANTIDADE
Comarcas	112
Varas	336
Juizados	34
Unidades (sendo 3 em Regime de Exceção)	10
Vara Bancária em Regime de Exceção	10
Turmas de Recursos	3
Turma de Uniformização	1

Quanto às Varas Bancárias que foram absorvidas pela Unidade Estadual, elas não foram extintas, apenas colocadas em regime de exceção pela Resolução CM 22/2021, conforme abaixo.

Unidades		Regime de Exceção?
Balneário Camboriú	Unidade Judiciária de Cooperação	Não
Biguaçu	Unidade Judiciária de Cooperação	Não
Blumenau	Unidade Judiciária da FURB	Não
Capital	Unidade Regional de Execuções Fiscais Municipais e Estaduais	Em regime de Exceção - Res. CM 6/2019
Capital - Bancário	Unidade Estadual de Direito Bancário	Em regime de Exceção - Res. CM 2/2021
Criciúma	Unidade Judiciária de Cooperação - UNESC	Não
Itá	Unidade Regional de Execuções Fiscais Estaduais do Oeste Catarinense	Não
Lages	Unidade Judiciária de Cooperação	Não
Lages	Unidade Regional de Execução Fiscal	Não
Joaçaba	Unidade dos Juizados Especiais Cível e Criminal	Em regime de Exceção - Res. CM 04/2009

2.2 Estrutura do 2º Grau (DGJ)

No que tange à estrutura do Segundo Grau, informa-se que o Tribunal de Justiça conta com 94 (noventa e quatro) desembargadores, sendo que 92 (noventa e dois) cargos estão providos nesta data.

Na sessão realizada em 7 de dezembro de 2022, entretanto, o Tribunal Pleno definiu a lista tríplice com os candidatos da OAB ao cargo de desembargador pelo 5º Constitucional, sendo que o então governador Carlos Moisés, na mesma data, escolheu o nome do advogado João Eduardo de Nadal como o novo integrante da Corte catarinense, para ocupar a vaga deixada pela aposentadoria do desembargador Fernando Carioni. Além disso, ainda na sessão supracitada, o magistrado Márcio Rocha Cardoso foi promovido, por merecimento, para o 94º cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Cláudio Barreto Dutra. A posse de suas excelências ocorreu no dia 16 de dezembro de 2022.

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (RITJSC), os desembargadores desta Corte estão distribuídos nos seguintes órgãos julgadores para o exercício da função jurisdicional:

- a) Tribunal Pleno, composto por todos os 94 (noventa e quatro) desembargadores;
- b) Órgão Especial, composto por 25 (vinte e cinco) membros, dos quais 13 (treze) por antiguidade e 12 (doze) por eleição;
- c) Seção Criminal, composta pelos desembargadores que integram os grupos de direito criminal;
- d) Primeiro Grupo de Direito Criminal, composto pela metade dos desembargadores atuantes na especialidade;
- e) Segundo Grupo de Direito Criminal, composto pela metade dos desembargadores atuantes na especialidade;
- f) Grupo de Câmaras de Direito Civil, composto por todos os desembargadores com atuação na competência especializada;
- g) Grupo de Câmaras de Direito Comercial, composto por todos os desembargadores com atuação na competência especializada;
- h) Grupo de Câmaras de Direito Público, composto por todos os desembargadores com atuação na competência especializada;
- i) Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta e Sétima Câmaras de Direito Civil, compostas, cada uma, por 4 (quatro) desembargadores, dos quais 3 (três) atuam nos julgamentos colegiados;
- j) Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Câmaras de Direito Comercial, compostas, cada uma, por 4 (quatro) desembargadores, dos quais 3 (três) atuam nos julgamentos colegiados;
- k) Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Câmaras de Direito Público, compostas, cada uma, por 4 (quatro) desembargadores, dos quais 3 (três) atuam nos julgamentos colegiados;

l) Primeira, Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Câmaras de Direito Criminal, compostas, cada uma, por 4 (quatro) desembargadores, dos quais 3 (três) atuam nos julgamentos colegiados;

m) Câmara de Recursos Delegados, composta pelos 1º, 2º e 3º vice-presidentes do Tribunal de Justiça; e

n) Conselho da Magistratura, composto por 12 (doze) membros.

É digno de nota que os desembargadores também compõem diversas comissões, conselhos e outros órgãos administrativos criados na estrutura do Poder Judiciário, os quais, contudo, não se inserem na atividade-fim do Tribunal de Justiça (prestação jurisdicional) e, via de regra, estão vinculados à Presidência.

Por força da Emenda Regimental TJ n. 14, de 18 de maio de 2022, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina passou a admitir a convocação de juízes de direito de primeiro grau nas seguintes hipóteses: para substituir desembargador, nos casos de afastamento, a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias; responder por vaga que aguarda nomeação de novo titular; ou auxiliar os desembargadores e os órgãos julgadores do Tribunal de Justiça, em caráter excepcional, quando o justificado acúmulo de serviço o exigir.

Com amparo na norma supracitada, atualmente há 6 (seis) magistrados de primeira instância em auxílio aos desembargadores do Tribunal de Justiça, quais sejam:

- a) Juiz Gustavo Henrique Aracheski, na Sexta Câmara de Direito Civil;
- b) Juíza Andrea Cristina Rodrigues Studer, na Primeira Câmara de Direito Comercial;
- c) Juiz André Alexandre Happke, na Segunda Câmara de Direito Comercial;
- d) Juiz Osmar Mohr, na Terceira Câmara de Direito Comercial;
- e) Juiz Giancarlo Bremer Nones, na Quarta Câmara de Direito Comercial; e
- f) Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, na Quinta Câmara de Direito Comercial.

Cumprido salientar que na 23ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, realizada em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 0030.2/2022, que transforma 18 (dezoito) cargos de juiz substituto em 2 (dois) cargos de desembargador e 16 (dezesesseis) cargos de juiz de direito de segundo grau, ampliando, assim, a composição do Tribunal de Justiça. Necessário destacar, contudo, que o projeto ainda depende de sanção do Governador do Estado.

As atividades de apoio à atividade jurisdicional, no âmbito do segundo grau de jurisdição, são desempenhadas primordialmente nas diretorias e demais setores que integram a estrutura da Diretoria-Geral Judiciária - DGJ. Dentre as suas atribuições, podem-se citar a supervisão e a coordenação das atividades e dos projetos das Diretorias de Cadastro e Distribuição Processual - DCDP, de Recursos e Incidentes - DRI e de Documentação e Informações - DDI, bem como das Secretarias do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, do Conselho da Magistratura e do Conselho de Políticas Jurisdicionais e Administrativas.

À DGJ também estão vinculados:

a) a Divisão de Suporte à Jurisdição de Segundo Grau, cuja atribuição precípua é prestar suporte de primeiro nível aos usuários internos e externos no que se refere à utilização do eproc no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

b) o Núcleo de Assessoramento da Câmara de Recursos Delegados, o qual é responsável, dentre outras atividades, por secretariar as sessões do colegiado e produzir minutas de textos jurídicos afetos a sua competência; e

c) a Secretaria Administrativa das Turmas de Recursos, da Turma de Uniformização e da Turma de Incidentes das Presidências, que realiza os procedimentos administrativos inerentes aos respectivos órgãos, tais como: protocolar, autuar e distribuir petições e processos; dar movimentação aos processos; elaborar pauta de julgamento e remetê-la aos membros do colegiado e ao Ministério Público; secretariar as sessões de julgamento, lavrar certidões de julgamento; confeccionar as atas das sessões; lavrar certidões administrativas; preparar comunicados, expedientes e editais, encaminhando-os para divulgação no Diário da Justiça Eletrônico; certificar publicações e trânsito em julgado; dentre outros.

2.3 Força de trabalho (DGP)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Acerca da estrutura organizacional de pessoas do PJSC, o quadro de movimentação na carreira da magistratura catarinense indicava os seguintes quantitativos, em dezembro de 2022:

Magistrados ativos	Quantidade
Desembargador	94
Juiz de Direito	405
Juiz Substituto (Vitalício e Não Vitalício)	30
Total	529

As estruturas de gabinetes dos desembargadores e dos magistrados do primeiro grau disciplinadas pelas resoluções GP n. 20/2018 e GP n. 17/2011, apresentavam a seguinte configuração no mês de dezembro de 2022:

Cargo	Desembargador mais antigo	Desembargador mais recente - situação 1
Assessor jurídico	4	4
Secretário jurídico	1	2
Oficial de Gabinete	1	0
Assessor de Gabinete	1	1

Estagiário de Direito	3	3
Voluntário	2	2
Total	12	12
Total de gabinetes em cada situação	39	56

Estrutura Gabinetes 1º Grau			
Cargo	Juiz de Direito	Juiz Substituto	Juiz Especial
Assessor jurídico	2	1	2
Assessor de Gabinete	2	0	0
Estagiário de Direito	3	3	3
Voluntário	2	2	2
Total	9	6	7

Já, os quadros seguintes registram a lotação dos servidores efetivos e comissionados, funções gratificadas, estagiários, voluntários, terceirizados, inativos, militares, à disposição e residentes judiciais, no mês de dezembro de 2022:

LOTAÇÃO	Cargos Efetivos*		
	Providos	Vagos	Total
Primeiro Grau de Jurisdição	4190 + 267 (DSJPG e Turmas Recursais)	231	4688
Segundo Grau de Jurisdição			
- Gabinete da Presidência / CGJ / Diretorias	1112	32	1144
- Gabinete dos Desembargadores	186	0	186
- à disposição de outros órgãos	5	0	5
- Vagas criadas por lei e não distribuídas	0	68	68
TOTAL	5760	331	6091

LOTAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Gabinete da Presidência / CGJ / Diretorias	Cargos - Efetivos		
	Providos	Vagos	Total
CGJ - CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	93	1	94
DIRETORIA DE CADASTRO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL	115	0	115
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES	53	10	63
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	52	1	53
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	109	2	111
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA	87	3	90
DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	83	1	84
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	44	0	44
DIRETORIA DE RECURSOS E INCIDENTES	55	1	56
DIRETORIA DE SAÚDE	46	8	54
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	160	1	161
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA	23	0	23
DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA	25	0	25

DIRETORIA DE SUPORTE À JURISDIÇÃO DO PRIMEIRO GRAU – vinculada à comarca da Capital. (cargos do 2º grau e do 1º grau à disposição da unidade)	227	7	234
GP – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	12	0	12
GP - ASSESSORIA DE PRECATORIOS	9	0	9
GP - AUDITORIA INTERNA	10	0	10
GP - COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DISCIPLINAR	4	1	5
GP - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SIDEJUD	1	0	1
GP - CONSELHO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	1	0	1
GP - CONSELHO DO FRJ	5	0	5
GP – COJEPMEC	4	0	4
GP - COORD. ESTADUAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	8	0	8
GP – COORD. DOS MAGISTRADOS	11	0	11
GP – COORD. DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	7	0	7
GP - GABINETE DA PRESIDÊNCIA E CARTÓRIO	12	0	12
GP - GRUPO DE MONIT. E FISC. SIST. PRISIONAL	5	1	6
GP - NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	6	0	6

GP - OUVIDORIA	3	0	3
GP – SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE	2	0	2
CEPROLAR	1	0	1
ACADEMIA JUDICIAL	41	0	41
1ª VICE-PRESIDÊNCIA	5	0	5
2ª VICE-PRESIDÊNCIA	12	1	13
3ª VICE-PRESIDÊNCIA	8	0	8
SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA* (cargos disponíveis para redistribuição)	0	1	1
TOTAL	1339	39	1378

LOTAÇÃO	Cargos exclusivamente comissionados *		
	Providos	Vagos	Total
Primeiro Grau de Jurisdição	823	11	834
- Cargos disponíveis para distribuição/redistribuição	0	9	9
Segundo Grau de Jurisdição			
- Gabinete da Presidência / CGJ / Diretorias	64	1	65
- Gabinete dos Desembargadores	455	8	463
- Cargos disponíveis para distribuição/redistribuição	0	21	21
TOTAL	1342	50	1392

*Os cargos vagos podem ser ocupados por servidores efetivos e exclusivamente comissionados.

LOTAÇÃO	Funções Gratificadas 2º grau (criadas por lei)*		
	Providos	Vagos	Total
Segundo Grau de Jurisdição			
- Gabinete da Presidência / CGJ / Diretorias	147	20	167

*Consideradas todas as vagas criadas por lei, inclusive as funções gratificadas em desuso e não vinculadas a nenhuma unidade em razão de extinção de setores.

LOTAÇÃO	Estagiários		
	Providos	Vagos	Total
Primeiro Grau de Jurisdição	2.116	603	2.719
Segundo Grau de Jurisdição			
- Gabinete da Presidência / Diretorias	122	174	296
- Gabinete dos Desembargadores	197	85	282
TOTAL	2.435	862	3.297

LOTAÇÃO	Voluntários		
	Providos	Vagos	Total
Primeiro Grau de Jurisdição	127	1.607	1.734
Segundo Grau de Jurisdição			
- Gabinete da Presidência / Diretorias	3	71	74
- Gabinete dos Desembargadores	29	229	258
TOTAL	159	1.907	2.066

Posto de Trabalho	Terceirização
	Total
Primeiro Grau de Jurisdição	1227
Segundo Grau de Jurisdição	500
TOTAL	1727

Colaboradores	Outros		
	PG	SG	Total
Inativos	1882	488	2370
Militares	215	73	288
À disposição	5	16	21
Residentes Judiciais	365	0	365